

# Comunicabilidades e empatias no advento da República

*Imagem iconográfica da República.* ↘

A implantação da República em Portugal, em 5 de Outubro de 1910, foi apenas o culminar de um lento, sinuoso e por vezes ambíguo processo de vários anos<sup>1</sup>. Esse processo pode ser detectado desde princípios do século XX, embora certos factos bem conhecidos datem do século XIX, avultando de entre eles a revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891, acicatada e liderada por João Chagas, Sampaio Bruno, Alves da Veiga e Santos Cardoso<sup>2</sup>. Ainda em finais do século XIX Heliodoro Salgado impulsionou as actividades da Carbonária Lusitana<sup>3</sup>, uma organização paralela da Maçonaria, de tipo secreto e belicoso, adversa ao clericalismo, e que viria a desempenhar um papel crucial na implantação da República. Note-se entretanto que o século terminaria com alguma frustração para os opositores da Monarquia, pois nas eleições de Novembro de 1900 o Partido Republicano, fundado em 1876, não logrou eleger nenhum deputado.

Em 1901, ano da morte da rainha Victoria da Grã-Bretanha e da subida ao trono de Eduardo VII (que três anos depois visitaria Portugal e daria o seu nome ao famoso parque lisboeta), João Franco<sup>4</sup> deixa o Partido Regenerador e constitui o Centro Regenerador Liberal. Nas eleições de Outubro, os republicanos não conseguiram eleger deputados, como já tinha ocorrido no ano anterior.

A oposição à Monarquia foi crescendo nos meios urbanos e académicos, com greves e conspirações, mas sem qualquer reflexo no processo eleitoral: a verdade é que nas eleições de Junho de 1904 e nas de Fevereiro de 1905 os republicanos não elegem qualquer deputado. E, mais do que no movimento republicano, era no próprio seio das forças monárquicas que iam surgindo os mais proeminentes contestatários: é o caso da dissidência progressista de José de Alpoim, pretextando a «questão dos tabacos»<sup>5</sup>. Em Outubro de 1905 a visita do presidente francês Émile Loubet a Portugal foi aproveitada pelos

republicanos, que gritavam a plenos pulmões pelas ruas «Viva a República!» – e não era certamente uma alusão à República francesa.

O ano de 1906 foi de mau agouro para a Monarquia: em Abril tomava posse o efémero e instável governo regenerador de Hintze Ribeiro<sup>6</sup>, para no mês seguinte se revoltarem as guarnições de dois navios de guerra surtos no Tejo: os cruzadores *D. Carlos* e *Vasco da Gama*<sup>7</sup>. Depois João Franco formou novo governo, que iria derivar para um contestado processo ditatorial, enquanto a rainha D. Amélia era humilhada com uma grande vaia no Campo Pequeno<sup>8</sup>. Reflexos evidentes da situação: nas eleições de Agosto, foram eleitos quatro deputados republicanos para o Parlamento, onde pouco depois rebentaria o «escândalo dos adiantamentos» à casa real para cobrir as dívidas que entretanto se tinham acumulado, devido aos gastos exagerados de D. Carlos e dos seus familiares.

O ano seguinte não foi melhor: João Franco perdeu o apoio parlamentar, e logo dissolveu o Parlamento sem marcação de novas eleições, tendo entrado em «ditadura administrativa». Rebutam greves por todo o País, quer ao nível estudantil, a partir de Coimbra, quer ao nível do operariado descontente. Os republicanos aproveitam este clima que lhes era favorável e levam a cabo comícios de Norte a Sul, enquanto certos núcleos favoráveis à República se organizam melhor: Magalhães Lima é eleito grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido e Luz de Almeida reorganiza a Carbonária Portuguesa, enquanto monárquicos progressistas dissidentes formam com republicanos um comité revolucionário em que participam o visconde de Ribeira Brava, José de Alpoim, Afonso Costa e Alexandre Braga<sup>9</sup>.

E mais: dois ilustres pares do Reino (Anselmo Braamcamp Freire e Augusto José da Cunha, ex-ministro, presidente da Câmara dos Pares e antigo perceptor de D. Carlos) dirigem-se, com a premeditada e desejada visibilidade desse acto, ao Centro Republicano situado no



*O rei D. Carlos, retrato a óleo de Ernesto Condeixa, 1890, Museu do Chiado.*

Largo de S. Carlos e ali se filiam no Partido Republicano<sup>10</sup>, que entretanto ia disseminando os seus centros de reunião em vários pontos do País.

### O princípio do fim

O clima conspirativo foi-se adensando, com um grande empenhamento dos membros da Carbonária. Estes tinham propósitos mais extremistas, cortando qualquer via de um possível entendimento com os republicanos moderados e muito menos com os monárquicos. As suas intenções ficaram bem claras quando trinta carbonários da organização «Coruja» se reúnem, em Dezembro de 1907, numa casa alguas na Costa do Castelo e aí planeiam assassinar o rei D. Carlos e o ministro João Franco<sup>11</sup>.

Mas além dos carbonários, e talvez na intenção de não perderem a iniciativa, outros republicanos preparam com afincos a eclosão de um golpe, contando com certos apoios de unidades militares. Um comité revolucionário republicano preparou então um golpe para finais do mês de Janeiro de 1908, mas os planos foram descobertos. Vários conspiradores foram presos pela polícia, entre eles António José de Almeida, Luz de Almeida e João Chagas<sup>12</sup>, e poucos dias depois são detidos outros vultos republicanos e alguns monárquicos progressistas dissidentes, entre os quais Afonso Costa, Egas Moniz, Álvaro Poppe e o visconde de Ribeira Brava<sup>13</sup>.



Com a prisão de elementos destacados do movimento republicano e com o exílio de outros em Espanha, João Franco prepara um decreto repressivo para acabar de vez com as intencões e a agitação. Esse decreto é assinado em Vila Viçosa por D. Carlos, numa altura em que os radicais do chamado «Grupo dos Dezoito», chefiado por Alfredo Luís da Costa, se reúne numa casa em Xabregas e assenta nos pormenores dos atentados contra D. Carlos e João Franco<sup>14</sup>. Esse atentado estava aparentemente já decidido desde há algum tempo, não sendo por isso uma consequência directa da assinatura do rei para o incremento da repressão monárquica.

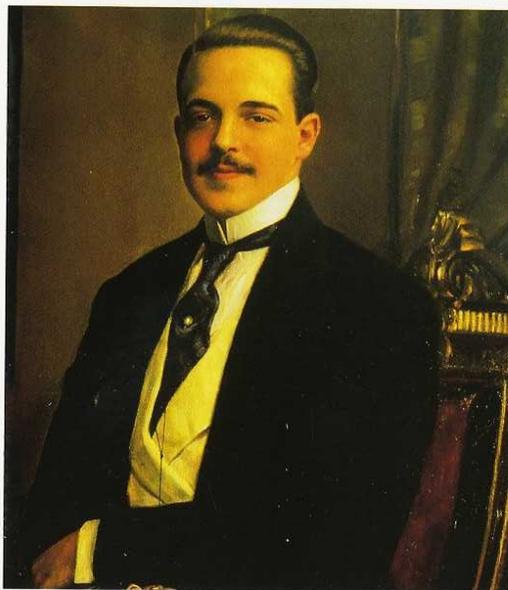
O plano era simples: sabendo-se que o vapor que trazia a comitiva real atracaria no Terreiro do Paço<sup>15</sup>, e que depois o automóvel de serviço tomaria o caminho do Paço das Necessidades passando pela Rua do Arsenal, um grupo armado postou-se no local e aguardou o momento do ataque. Afinal o automóvel real foi substituído, à última hora, por um «landau», uma lenta viatura descoberta puxada por cavalos. A pequena brigada carbonária de vários atiradores<sup>16</sup> integrava Alfredo Costa e Manuel Buiça, este usando uma carabina. Os factos são muito bem conhecidos: no dia 1 de Fevereiro, D. Carlos e D. Luís Filipe são mortos a tiro, tendo o príncipe real ainda abatido Alfredo Costa. Este seria também alvo de uma cutilada de sabre do ofi-

▷ D. Manuel, pintura a óleo de Medina, sala de leitura do Palácio de Vila Viçosa.

cial da escolta que logo de seguida atacou Buíça. Na confusão foi atingido um inocente que assistia à passagem do cortejo. Sabe-se que outros tiros, disparados pelos restantes carbonários, alvejaram a carruagem que ficou crivada de balas, tendo o príncipe D. Manuel e o cocheiro sido atingidos, ficando feridos. No final desse trágico dia é conhecida a proclamação de D. Manuel II ao País, onde se confirma a via constitucional, para no dia seguinte o Conselho de Estado, que foi presidido pelo novo monarca e onde teve lugar o marquês de Soveral<sup>17</sup>, recomendar uma política de «acalmção», tendo indicado para o cargo de primeiro-ministro uma personalidade independente e conciliadora, o almirante Ferreira do Amor<sup>18</sup>.

Pouco depois João Franco parte para o exílio, são revogadas as leis repressivas do franquismo (imprensa, juízo de instrução e deportação), amnistiados alguns crimes do foro militar, entre eles os motins de 1906, e os dirigentes republicanos são libertados da prisão, entre eles Afonso Costa e outros implicados na tentativa de golpe ocorrida no mês de Janeiro. O novo rei, num gesto apaziguador e recto, declarou recusar qualquer dotação orçamental sem a necessária aprovação parlamentar.

Como seria de esperar os funerais e manifestações envolventes testemunharam empatias diferentes: D. Carlos e D. Luís Filipe foram em



vistoso cortejo fúnebre desde o Palácio das Necessidades para a Igreja de S. Vicente de Fora no dia 8 de Fevereiro, onde foram objecto das derradeiras e protocolares cerimónias de Estado. Dois dias depois os corpos foram depositados no Panteão dos Braganças, no edifício contíguo à igreja, onde ainda se encontram. Mais tarde, o corpo do último rei de Portugal e o da rainha D. Amélia, foram fazer companhia aos seus familiares assassinados no Terreiro do Paço no mesmo Panteão Real (em 1932 e em 1951). Poucos dias depois dos funerais da realeza na Igreja de São Vicente de Fora, tiveram lugar em 12 e 15 de Fevereiro as inumações dos regicidas, no cemitério do Alto de São João. Alfredo Costa e Manuel Buíça foram ali alvo de grandes romagens de carbonários e partidários da República.

O regime monárquico bem tenta, durante o ano de 1908, ajustar-se à situação de uma pretensa «acalmção» e recorre à propaganda que enaltece imagens de bonomia e de popularidade do jovem rei. Poucos dias depois do atentado regicida do Terreiro do Paço, D. Manuel II recebe no Paço das Necessidades familiares de marinheiros que se tinham revoltado em 1906 e foram amnistiados, e depois revoga os decretos ditatoriais que haviam «liquidado» os adiantamentos à casa real, marca eleições gerais para 5 de Abril e convoca o Parlamento a eleger para 29 de Abril.

*Forças militares e civis, barricadas na Avenida da Liberdade, durante a Revolução republicana de 5 de Outubro de 1910* ▽

Mas as eleições vão propiciar uma dura contenda nas ruas e os confrontos com a Guarda Municipal em Lisboa fazem catorze mortos e mais de cem feridos. A violência policial acirra os ânimos e nem a simpatia do novo monarca consegue demover aqueles que manifestamente querem acabar com o regime. O Partido Republicano acaba por eleger sete deputados, e ocorrem várias tentativas de entendimento e de tréguas entre monárquicos e republicanos, sendo o próprio rei um dos interessados num clima de apaziguamento. Exprimindo um sentimento então generalizado Afonso Costa disse no Parlamento: «Nada vale, pois, à Monarquia, que o novo rei seja jovem, simpático e mesmo belo, no conceito de algumas senhoras, jovens como ele. Nada lhe vale que o rei seja objecto de manifestações, tanto mais que, para as receber como rei, ainda não praticou nenhum acto meritório; antes o seu curto reinado está já manchado com erros e crimes como o da amnistia tardia, incompleta e desigual, e o da chacina, hedionda e vilíssima, de 5 de Abril.»<sup>19</sup>

No Congresso do Partido Republicano, realizado em Coimbra, o directório que advoga uma linha moderada é reeleito em finais de Abril, enquanto no mês seguinte o respeitado Bernardino Machado defende, no Centro Republicano de Belém, a rápida revogação das leis repressivas e a restauração das leis liberais de Barjona de Freitas, Rodrigues Sampaio e Fontes Pereira de Melo, geradoras de empatia entre monárquicos e republicanos.

Pretendendo-se reforçar o clima de convivência política decreta-se uma amnistia para os crimes políticos e de imprensa, mas isso parece já não chegar – no Parlamento, António José de Almeida responsabiliza a Monarquia pelo regicídio e prenuncia o fim do regime, justificando mesmo o recurso à bomba.

Entretanto o jovem rei prepara a sua própria defesa e a sobrevivência do regime; com aparentes resultados positivos: a partir de Maio as-

siste a manobras de cavalaria e de infantaria, visita unidades militares recebendo vivas demonstrações de fidelidade de oficiais do Exército, e ainda a Escola Naval e o Colégio Militar. Em finais do ano está cerca de um mês no Norte do País, recebendo proclamações de lealdade por parte dos comerciantes e industriais do Porto. O sucesso parece garantido: estudantes e lentes de Coimbra vêm a Lisboa manifestar apoio a D. Manuel, que recebe também em solene audiência o clero de Lisboa.

Mas afinal as aparências iludem: o Partido Republicano ganha as eleições para a Câmara Municipal de Lisboa e no fim do ano cai o governo de «acalmação» de Ferreira do Amaral. O experiente político José Luciano, que tinha instado o chefe do governo a reprimir com energia as manifestações não autorizadas dos republicanos, escreve ao rei D. Manuel II: «O Partido Republicano avança a passos rápidos... Se me não engano, a revolução ameaça-nos de perto».<sup>20</sup>

Entretanto o momento aproxima-se, e em 1910 o Partido Republicano, já muito infiltrado pela Carbonária (desde Abril do ano anterior esta assumira preponderância no Directório no Congresso de Setúbal), delibera enviar às «grandes potências» europeias uma missão diplomática exploratória para sondar as reacções ao golpe previsto. Em Junho, José Relvas e Magalhães Lima iniciam uma viagem de contactos por França e Inglaterra, enquanto em Lisboa, numa assembleia no Palácio Maçónico, em 14 de Junho, é criada uma «Comissão de Resistência», encarregada de preparar a revolução. Nas eleições de Agosto, os republicanos elegem catorze deputados, e no mês seguinte D. Manuel lê o último discurso da Coroa, vendo, ilusoriamente, as tropas no Buçaco, reunidas para comemorar a vitória anglo-lusa sobre os invasores franceses, prestarem-lhe homenagem e fidelidade. Depois, foi o 5 de Outubro.



### O confronto militar

A mais expressiva acção militar foi conduzida pelo comissário naval Machado Santos, que na noite de 3 de Outubro dirigiu-se com um pequeno grupo de homens ao quartel do regimento de Infantaria 16, onde abateram o comandante que tentara resistir. Sublevada a guarnição, dali seguiram com parte das tropas para o quartel do regimento de Artilharia 1, onde obtiveram canhões e mais homens, instalando-se o improvisado contingente militar na Rotunda<sup>21</sup>.

O dia seguinte foi decisivo, com momentos dramáticos: alguns oficiais inicialmente coniventes desertaram, arrastando consigo vários soldados, o que diminuiu o número de combatentes na Rotunda<sup>22</sup>. Um paradoxal ajuntamento foi-se operando no acampamento revoltoso, com a saída de soldados e com a chegada de civis exaltados, se bem que muitos deles não possuíssem qualquer arma.

E se o posto mais elevado entre os oficiais republicanos era o de capitão, entre os chefes militares monárquicos estavam muitos oficiais superiores, sob o comando do general Rafael Gorjão. Note-se que entre os oficiais monárquicos estavam aqueles que se haviam distinguido com bravura nas campanhas africanas, sobretudo os que tinham combatido em Moçambique, mas eles não foram vistos à excepção de Paiva Couceiro, um dos oficiais mais conhecidos pelas suas façanhas em África<sup>23</sup>. No Rossio, entre as forças ali estacionadas, encontrava-se o Regimento de Infantaria 5, vindo do seu quartel na Graça. Um dos seus oficiais, o tenente Ascensão Valdês, que era republicano filiado na Carbonária, registou no seu posterior relatório: «Os oficiais superiores raros tinham ido à linha de fogo, e essa falta de chefes traduzia-se numa censura áspera de alguns e quebrantamento de todos.»<sup>24</sup>

O capitão Paiva Couceiro prestava então serviço no quartel de Queluz de onde saiu com quatro baterias a cavalo postando-se no alto da Penitenciária e, mais tarde, no alto do Torel<sup>25</sup>, para bater com fogo de

artilharia as forças republicanas de Machado Santos instaladas na Rotunda. Mas a sua acção isolada não surtiu efeito – para que ela pudesse ser eficaz, teria de ser concertada com o avanço das forças de infantaria que, num amplo movimento envolvente, cercassem os revoltosos, ou com a cavalaria que carregasse pela Avenida da Liberdade e investisse as improvisadas barricadas erguidas na Rotunda. A verdade é que as forças monárquicas eram na altura em número superior, calculando-se que pudessem exceder os 7000 homens, suficientes para bater as escassas centenas de partidários republicanos acampados sob o comando de Machado Santos.

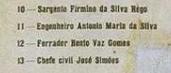
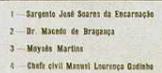
Os regimentos estacionados no Rossio, em completa inactividade, ficaram ainda mais desmotivados quando circulou o boato que os marinheiros dos navios de guerra revoltados estavam prestes a desembarcar. Removido o perigo que podia constituir um avanço coordenado das forças monárquicas do Rossio, outra ameaça subsistia: a força concentrada junto do Paço das Necessidades, ali colocada para proteger o rei, mas que poderia atacar a Rotunda pelo lado das Amoreiras. Só que o mesmo clima de apatia e desmoralização acentuara-se com a fuga de D. Manuel com destino incerto (soube-se depois que se dirigiu à Ericeira para embarcar no iate *Amélia* rumo ao exílio) e esse contingente de reserva desmobilizou.

Outra força importante da Monarquia era a Guarda Municipal, comandada por oficiais de confiança, que chegou a investir o reduto de Machado Santos, mas tudo não passou de uma fruste e desconexa tentativa. Por outro lado, parte das forças da Guarda estava então empenhada numa rija luta em Alcântara contra o corpo de marinheiros do quartel que ali se situava. Mas também aqui os republicanos levaram a melhor, apesar de estarem em minoria. O comando monárquico contava na zona com os regimentos de Belém e da Ajuda, constituídos por infantaria e cavalaria, mas não foi possível vencer os



# QUADROS DA REVOLUÇÃO

## Combate dos revolucionários na Rotunda da Avenida da Liberdade no dia 4 de Outubro de 1910



- 1 — Sargento José Soares da Encarnação
- 2 — Dr. Machado de Bragança
- 3 — Moisés Martins
- 4 — Chefe civil Manoel Lourenço Galvão
- 5 — Sargento Francisco Alexandre Lobo Pinheiro
- 6 — Capitão José Afonso Palla
- 7 — Machado Santos
- 8 — Alfredo Brandão
- 9 — Sargento Mathias dos Santos
- 10 — Sargento Firmino da Silva Nipo
- 11 — Engenheiro António Maria da Silva
- 12 — Ferrador Bento Vaz Gomes
- 13 — Chefe civil José Simões

No momento do tiro, o soldado, a estirada de algemas, foi lançado ao chão e o soldado, a estirada de algemas, foi lançado ao chão...

uma vez que a revolução, depois de ter atingido as suas metas, não se deteve...

o soldado, a estirada de algemas, foi lançado ao chão e o soldado, a estirada de algemas, foi lançado ao chão...

o soldado, a estirada de algemas, foi lançado ao chão e o soldado, a estirada de algemas, foi lançado ao chão...

o soldado, a estirada de algemas, foi lançado ao chão e o soldado, a estirada de algemas, foi lançado ao chão...

#### ✓ Quadros da Revolução, 4 de Outubro de 1910

marinheiros. Recorde-se que tinha sido precisamente a Guarda Municipal a esmagar a tentativa de revolta republicana no Porto em 31 de Janeiro de 1891.

E assim, à medida que iam escasseando as forças monárquicas aumentavam as tropas ao serviço dos republicanos: julga-se que no final da tarde de 4 de Outubro os soldados na Rotunda seriam já uns quinhentos, a que se juntava igual número de civis armados e outros tantos que desejavam participar mas para os quais não foi possível arranjar armamento.

Entretanto, os navios de guerra surtos no Tejo abriram fogo contra a fachada do Palácio das Necessidades, um alvo previamente definido e que se via muito bem do rio. O cruzador *D. Carlos*, o maior dos navios da Armada, com uma tripulação de mais de quatrocentos homens, tinha recebido ordem das autoridades militares para se afastar de Lisboa e ir fundear na baía de Cascais, mas foi assaltado por um grupo revoltoso na noite de 4 de Outubro, depois de um breve tiroteio a bordo, e colocado ao serviço da República<sup>26</sup>. Os tiros de bordo não vieram no entanto do *D. Carlos* mas sim dos mais pequenos navios de guerra que o acompanhavam no Tejo, o *Adamastor* e o *S. Rafael*<sup>27</sup>, que bombardearam o Palácio das Necessidades onde se encontrava o rei D. Manuel II, que em breve dali sairia para Mafra.

A situação de impasse tornou-se mais ambígua quando a certa altura foi visto o cônsul da Alemanha, levando uma bandeira branca, vindo do quartel-general do Carmo, onde tinha ido pedir ao comandante da divisão militar de Lisboa, general Rafael Gorjão, um armistício. A intenção era a de permitir, durante a solicitada trégua, que os súbditos alemães residentes na capital se retirassem para não serem atingidos. Obtida a anuência da autoridade monárquica, deslocou-se o diplomata à Rotunda com uma escolta e com uma bandeira branca. A imagem do cônsul com a bandeira, cujo significado de paz

era bem conhecido (e a verdade é que ninguém sabia quem era aquela personagem), foi um momento crucial no decurso das indecisas operações, pois levou os populares a pensar que se tratava da rendição das forças monárquicas, e essa inopinada cena também veio a concorrer para o inesperado desfecho daquele movimentado dia 4 de Outubro.

Entretanto, num gesto ousado, Machado Santos desceu a cavalo a Avenida da Liberdade, rodeado de uma multidão que dava vivas à República, e seguiu logo para o quartel-general monárquico onde exigiu a rendição do general Rafael Gorjão. Depois, numa eufórica empatia confraternizaram soldados e populares que continuou quando da varanda da Câmara Municipal de Lisboa foi proclamada a República no dia 5 e se anunciava a constituição do novo Governo.

#### Empatias na capital e na província

«Pela larga participação do povo e pelas patentes dos elementos militares que a dirigiram e sustentaram, a revolução de 4 e 5 de Outubro foi, no momento da sua eclosão, um movimento nitidamente popular: sem o decidido concurso do povo, a Marinha e a parte revoltada do Exército ter-se-iam visto talvez na dura contingência de capitular poucas horas depois de iniciada a audaciosa tentativa» – opina David Ferreira<sup>28</sup>. Quanto aos defensores da Monarquia, poucos apareceram para a defender, e nem sequer alguns dos famosos oficiais que eram bem conhecidos por actos de valor nas campanhas de África em finais do século anterior se empenhou. Também o desânimo ou o desinteresse os atacou, e, à excepção de Paiva Couceiro (depois refugiado em Espanha para mover um intenso combate ao novo regime), nenhum deles se colocou à frente dos vários quartéis e das unidades que circundavam Lisboa, uma das quais estava sedeadada em Mafra, com um forte contingente de algumas centenas de homens<sup>29</sup>.



✓ Afonso Costa, um dos obreiros da implantação da República.

O escritor monárquico Joaquim Leitão confessa até que ponto a Monarquia se tornara antipática e odiosa às camadas populares e resume bem a situação: «Enquanto os regimentos fiéis e as autoridades constituídas perdiam o contacto com o inimigo a revolução tinha uma legião de correios e vedetas ao seu serviço»<sup>30</sup>.

Mas a indiferença não tocou apenas os militares monárquicos, pois se nos meios urbanos a República tinha muitos adeptos, já na província, onde reinava o caciquismo local, o receio ou o desinteresse coarctou de início possíveis adesões. Como se previra, a República chegaria aí pelo telégrafo. Lembra Rui Ramos que «o projecto republicano visava a transformação da sociedade portuguesa numa comunidade de cidadãos autónomos, integrados numa nova cultura, igualitária e racionalista, e assim preparados para se governarem a si próprios»<sup>31</sup>, mas estes nobres ideais eram completamente inúteis para a massa populacional inculta da província.

Pelo contrário, nas cidades, vilas e aldeias onde existiam comissões oficiais do Partido Republicano, ou simples grupos locais de partidários ou de simpatizantes dos ideais republicanos, assim que se soube do eclodir da revolta houve manifestações de regozijo, e mesmo antes da implantação no novo regime na capital já alguns núcleos populacionais dos arredores de Lisboa, com uma forte participação do operariado, se tinha proclamado a República – foi o que sucedeu na margem sul do Tejo no Barreiro, Moita e Almada, e, a leste da capital, em Loures.

Quando o desfecho do movimento revolucionário era ainda incerto e quando se julgava que as forças militares monárquicas, muito superiores em número, pudessem subjugar os amotinados, a população de Lisboa e dos arredores revelou um ardoroso e irreverente empenho<sup>32</sup>. David Ferreira sintetiza bem o aspecto sociológico da revolução, que deflagrou «depois de ter sido preparada superiormente por ele-

mentos militares e das chamadas profissões liberais: médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, professores dos três graus de ensino, escritores, estudantes e artistas». Este embrião dinamizador apoiou-se numa parte importante da burguesia comercial, agrícola e industrial, e contou com a colaboração imediata de elementos de todas as camadas da população portuguesa que, de um modo ou de outro, prestou o seu decisivo contributo no decurso da acção militar: «gente das mais variadas categorias sociais ocorreu sem demora aos locais onde as forças revoltosas se batiam, levando-lhes informações valiosas; proporcionando-lhes alimentação; encorajando-as com o seu aplauso e com a sua presença, ainda que, por vezes, com prejuízo das próprias operações em curso; ajudando-as no transporte de material e munições; incitando-as à luta, com o exemplo da sua livre adesão; e, principalmente, atacando por todas as formas e despistando com informações erradas as forças fiéis à Monarquia»<sup>33</sup>.

### As comunicações e o advento da República

Entre os meios de comunicação ao dispor do Governo e de particulares naqueles primeiros anos do século XX estava o serviço telefónico<sup>34</sup>, que no nosso país ainda se encontrava numa fase de relativo atraso em relação ao resto da Europa. O serviço então em vigor resultava de uma concessão de 1901 feita à The Anglo-Portuguese Telephone Company, com sede em Londres. Os serviços do Estado tinham um desconto de 50% nas tarifas e havia até um serviço especial, pago em conformidade, para ouvir as óperas do Teatro de S. Carlos pelo telefone. Como singelo exemplo da forma como a notícia da morte de D. Carlos e do príncipe herdeiro se disseminou telefonicamente, recorde-se que foi pelo telefone que a morte do rei foi confirmada ao marquês de Soveral, membro do Conselho de Estado<sup>35</sup>.

Foi pelo telefone que o quartel-general monárquico colocou as várias unidades militares da região de Lisboa em rigorosa prevenção. Também o telefone foi útil aos revolucionários, como consta, entre outros, no relatório do tenente Ferreira Dinis, que chefiava o posto das Portas de Algés na tarde do dia 5 de Outubro quando a República estava implantada, na ausência da guarnição da Guarda Fiscal que tinha abandonado o local: «Como a Comissão me informasse que o senhor ministro Afonso Costa havia requisitado cem homens armados e munições para serviço em Lisboa, e ainda por se tornar necessário reforçar o serviço de segurança e vigilância, pedi pelo telefone ao senhor ministro da Guerra autorização para receber da carreira de tiro da guarnição, armamento e munições.» De novo o aparelho telefónico foi útil para impor

ao Forte do Bom Sucesso que içasse a bandeira republicana: «Na ocasião em que estava na carreira de tiro recebendo o armamento se me dirigiu um grupo de populares, seriam umas 7 horas da tarde, pouco mais ou menos, de Pedrouços, bastante exaltados, protestando contra o facto de o Forte do Bom Sucesso não ter ainda içado a bandeira republicana. Fui imediatamente ali e falando com o tenente comandante da bateria me informou que o comandante militar,



*Telegrafo tipográfico Damaskinos de sinal Morse, 1897. ↘*

*Telefone de mesa, 1910. ↙*

tenente-coronel de Artilharia senhor João Pereira Mouzinho de Albuquerque, não consentia que fosse içada enquanto não recebesse ordem para o fazer. Telefonei ao senhor ministro da Guerra pedindo-a, a qual foi transmitida pelo mesmo telefone, mas o senhor Mouzinho de Albuquerque não se conformou com ela porque a exigia por escrito. Telefonei novamente ao senhor ministro solicitando-a a qual foi recebida no forte pouco depois. A bandeira foi içada com todas as formalidades regulamentares, bastante ovacionada pelo povo que ficou satisfeito e calmo.»<sup>36</sup>

Quanto ao telégrafo, instalado oficialmente em Portugal em 1855<sup>37</sup>, começou a funcionar em 1856 pelo sistema do código morse, que viria depois a conhecer algumas inovações tecnológicas criadas no nosso país e disseminou-se em bom ritmo de norte a sul, e um mapa datado de 1903 mostra uma rede desenvolvida com muitos circuitos de ligação a chegarem

a todo o lado. A telegrafia sem fios teve o seu início em 1902, com a comunicação estabelecida entre o cruzador *D. Carlos* e a cidade de Cascais<sup>38</sup>. Este e outros navios de guerra que participaram na revolta dispunham já de telegrafia sem fios. O telégrafo de facto teve uma notória influência na implantação do novo regime a nível nacional. De resto, João Chagas, um dos líderes republicanos, tinha previsto que assim que o movimento revolucionário triunfasse em Lisboa a



República seria proclamada em todo o País pelo telégrafo. E como remate da utilização do telégrafo após os esfuziantes dias de luta registou-se que no dia 6 de Outubro Eduardo Schwabach enviou de Lisboa um telegrama para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro dizendo: «Ao cabo de longos e porfiados esforços, os monárquicos acabam de implantar a República em Portugal.»<sup>39</sup>

O comboio não foi usado de forma sistemática e planificada na região de Lisboa para transporte de tropas, sobretudo as linhas férreas Sintra-Lisboa (Rossio) e Cascais-Lisboa (Cais do Sodré). Esta de resto foi cortada pelo tenente Ferreira Dinis: «Porque pelos comboios entre Cascais e Cais do Sodré poderia entrar algum factor que fosse prejudicar a República, tomei a iniciativa, como chefe do movimento revolucionário nesta região, de embargar a circulação dos comboios entre Algés e o Cais do Sodré, intimação que foi feita ao chefe da estação. Esta intimação foi cumprida.»<sup>40</sup> A linha foi completamente restabelecida apenas no dia 8 de Outubro.

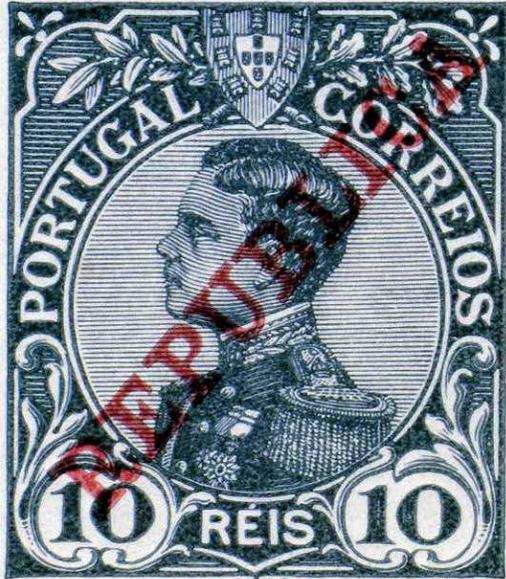
Nos correios a normalização na passagem entre os dois regimes deu-se com uma certa naturalidade. Elementos republicanos e da Carbonária já lá trabalhavam antes da eclosão da revolução e alguns participaram activamente nos acontecimentos dos dias 4 e 5 de Outubro. Não foram retiradas do mercado as emissões então em circulação, mas nos selos correntes foi aposta a palavra «República», ficando em sobrecarga sobre as efígies dos últimos reis de Portugal.

As principais emissões com sobrecarga foram os selos emitidos em 1910 com a efígie de D. Manuel II e selos de 1898 evocando o Centenário da Índia que circulavam em 1911, ano em que se elegia o primeiro presidente da República. A alteração não se verificou apenas no Continente, pois em 1911 também circularam em Angola selos de 1898-1903 do reinado de D. Carlos (estes também em Moçambique e na Índia), e em 1912 selos com a efígie de D. Manuel II, continuando pelos

anos seguintes. Na Guiné ainda circulavam em 1915 selos de 1902-1905 com as efígies de D. Luís e D. Carlos. O primeiro selo editado no regime republicano surgiu só em 1912, da autoria do artista Constantino de Sobral Fernandes, sem cores e ostentando a figura mitológica de Ceres em alegoria às fainas agrícolas. Esta emissão republicana marcou a evolução do selo em Portugal, que passou a ser mais sóbrio e encarado como uma pequena obra de arte<sup>41</sup>.

Quanto à imprensa, o novo regime viu florescer novas edições jornalísticas com tiragens relativamente significativas, sobretudo nos grandes meios urbanos, até porque a grande maioria da população era na altura analfabeta. O mais famoso jornal fundado depois do 5 de Outubro foi o diário *República*, cujo primeiro número saiu em 15 de Janeiro de 1911. Foi seu director um prestigiado político republicano, António José de Almeida, que viria a ser presidente da República entre 1919 e 1922. Durante o tempo em que ocupou este alto cargo público foi substituído na direcção do jornal por António Granjo, o qual haveria de ser depois primeiro-ministro, com um triste fim na confusa revolta de 19 de Outubro de 1921, dia em que foi assassinado com outros líderes da República estabelecida em 5 de Outubro de 1910. O influente órgão republicano, que tinha como grandes rivais o *Século*, fundado em 1881 por Magalhães Lima, e o *Diário de Notícias*, criado em 1864 por Eduardo Coelho e Tomás Quintino Antunes, passou por fases de grande dificuldade financeira, tendo suspenso a sua publicação durante alguns meses, entre Outubro de 1918 e Março de 1919.

Depois da implantação do regime republicano, vários jornais e revistas tiveram títulos que aludiam à República, alguns deles com efémera existência. Mencione-se, por exemplo, o quinzenário *República Nova*, fundado em Lisboa em 1919, editado e dirigido por Manuel Pedro Cardoso, e o semanário homónimo do Porto, criado em 1934, dirigido por António Leitão Cordeiro, com o apoio do Estado Novo. Já antes da



A. REGO



A. REGO



A. REGO



A. REGO

implantação do regime republicano, João Chagas, no seu jornal *República Portuguesa* incitava à revolta contra a Monarquia, tendo integrado o movimento de contestação que viria a redundar na fracassada tentativa de golpe militar em 31 de Janeiro de 1891 no Porto.

### Da euforia à desilusão

Ainda sob a euforia da vitória republicana, a Constituição de 1911, impondo o sistema parlamentar e uma profunda laicização do regime, consagraria as liberdades individuais, incluindo o direito ao associativismo, tendo sido promulgadas, entre outras de pendor progressista, leis relativas ao direito à greve e ao divórcio<sup>42</sup>. Só que, como bem fez notar Fernando Catroga, o «país real», analfabeto e rural, não se mostrou muito interessado e receptivo a algumas das propostas mais radicais de um «vanguardismo utópico» e excessivo, nomeadamente nas delicadas questões de ordem religiosa, que apressadamente foram tomadas: «em cerca de cinco meses a jovem República decretou medidas que, em França, precisaram de vinte e cinco anos para serem aprovadas»<sup>43</sup>.

O Partido Republicano, minado por rivalidades político-partidárias, dividiu-se depois em três grupos, que se foram digladiando entre si na desordem parlamentar que se instituiu: da cisão resultaram o Partido Democrático, que era chefiado por Afonso Costa e se reclamava da herança directa do republicanismo, o Partido Evolucionista, liderado por António José de Almeida, e o Partido Unionista sob a liderança de Brito Camacho<sup>44</sup>.

O novo regime republicano foi sendo corroído por uma incontrolável e quase permanente instabilidade política e social, com muitos confrontos de timbre político-religioso e conflitos laborais, tanto nos meios urbanos como nos meios rurais, sobretudo no Alentejo<sup>45</sup>. O resultado foi a queda de sucessivos governos, muitos deles inó-

cuos e com uma vida muito breve, derrubados por arrevesados golpes políticos ou mesmo pela violência. Como imagem expressiva de desregramento é adrede evocada a revolta que eclodiu em 19 de Outubro de 1921, durante a qual foram sumariamente assassinados destacados republicanos como Machado Santos, Carlos da Maia e António Granjo.

Carlos Malheiro Dias, um monárquico que chegara a nutrir alguma simpatia expectante pela República, acabara também ele por se desiludir como muitos outros, acreditando «mais num suicídio da Monarquia e não numa vitória da República». Para ele, «os republicanos não haviam feito mais do que aproveitar a oportunidade que a elite monárquica decadente e corrupta lhes concedera no decurso de uma administração desastrosa recheada de inúmeros escândalos»<sup>46</sup>.

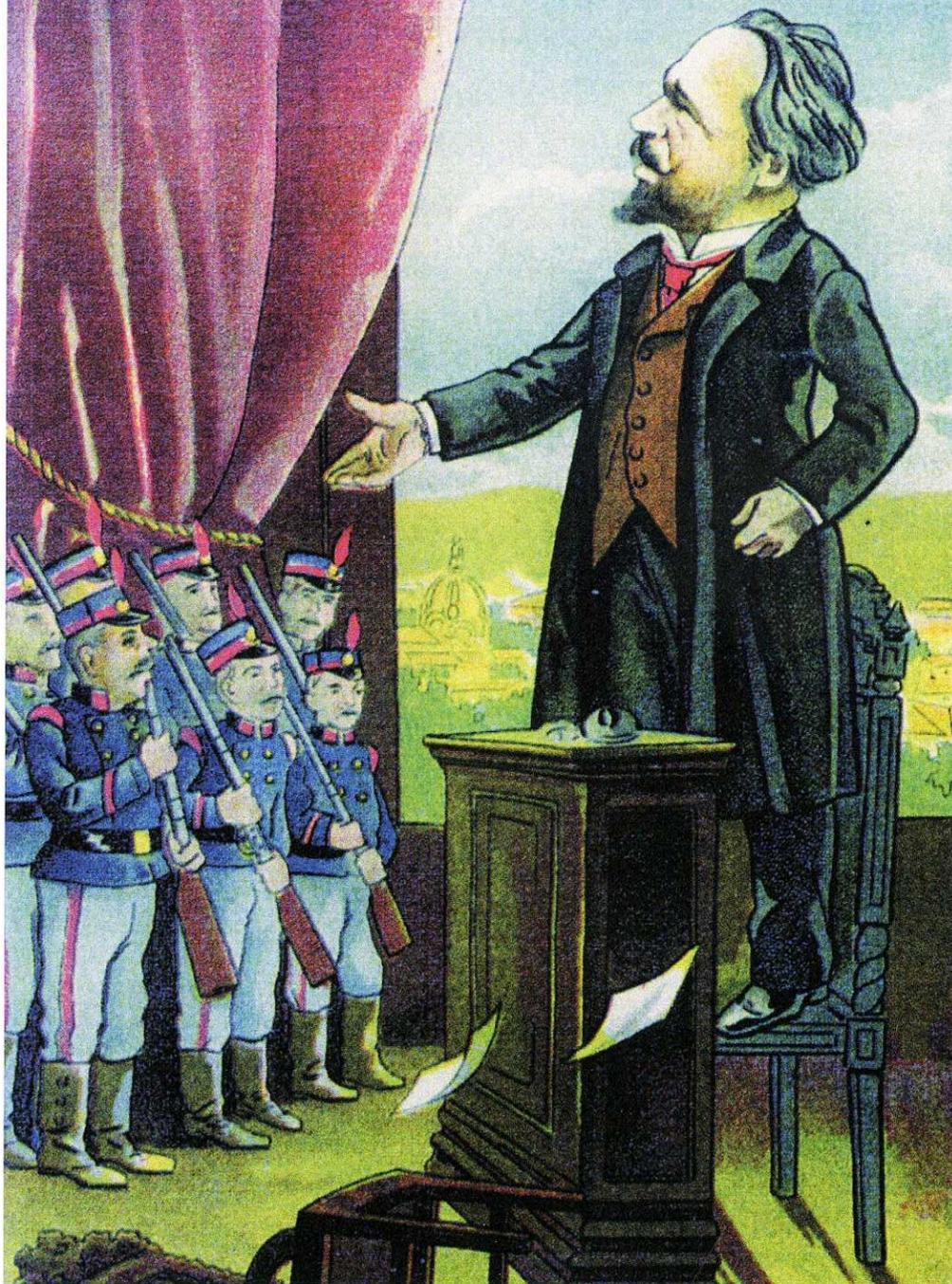
Afinal, como dizia João Chagas em 1906, entre monárquicos e republicanos não havia diferença de crenças, mas sim diferença de posições: «Republicanos somos nós todos, mesmo os monárquicos. Se estes aceitam a monarquia, é porque a monarquia existe, nada mais.» E conclui Rui Ramos: «Chagas estava a dizer algo que é essencial para se perceber o 5 de Outubro: é que o republicanismo, naquele sentido a que Antero de Quental chamava “ideal”, era partilhado pela maioria da elite política da monarquia constitucional portuguesa.»<sup>47</sup>

Assim, e vista a revolução republicana pelo prisma das comunicabilidades emotivas, fica na memória a nefelibática proclamação de Machado Santos, o improvisado comandante das forças estacionadas na Rotunda:

«Cidadãos: Um facto notável se acaba de dar que ficará gravado em letras de oiro na história da nossa querida pátria. A República, devido aos esforços dos bravos que acamparam na Rotunda, dos valentes marinheiros e da nobre e valorosa população civil da cidade de Lisboa, foi hoje proclamada! Já não há inimigos! Só irmãos!»

«Soldados! Com essa meia dúzia de bayonetas e com a  
minha voz atravessando a cidade poderemos fazer a glori  
uma patria nova.»

Ant.º JOSÉ D'ALMEIDA



- <sup>1</sup> Para o longo percurso histórico que antecede a implantação da República ver TEN-GARRINHA, «Do Cabralismo à I República: a sociedade portuguesa em tempo de mudanças», pp. 127-136; veja-se também SANTOS, *A Revolução Portuguesa (1907-1910)*, 1982.
- <sup>2</sup> Deste grupo o mais influente foi João Chagas, conhecido panfletário e jornalista, que se destacou como um grande oponente à corrente contemporizadora. Foi ele um dos maiores organizadores da participação de civis ao lado dos militares revoltosos, cabendo aos grupos civis os vários ataques com bombas que iam deflagrando pelas ruas de Lisboa, impedindo ou dificultando a acção da Polícia e da Guarda Municipal. De acordo com Carlos Ferrão, «todos os oficiais do Exército e da Armada, aliciados para a revolução, segundo a declaração de um deles, o segundo-tenente da Armada Mendes Cabeçadas, que deu, de bordo do *Adamastor*, a cuja guarnição pertencia, o sinal para o deflagrar da revolução, foram aliciados por João Chagas» (*Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, p. 15).
- <sup>3</sup> A Carbonária é o claro exemplo de comunicabilidades secretas com uma vasta ramificação sobretudo na região de Lisboa (para a acção desta associação secreta nos combates do dia 4 de Outubro ver TELO, «Os começos do século», p. 362; ver também BAPTISTA, *O Cinco de Outubro*, 1983).
- <sup>4</sup> João Franco (1855-1929) foi um influente político da fase final do regime monárquico. Começou por ser deputado às Cortes em 1884 por Guimarães, integrou vários governos até chegar a primeiro-ministro em 1906 depois de ter fundado o Partido Regenerador Liberal.
- <sup>5</sup> José de Alpoim (1858-1916), antigo político monárquico tornou-se um dos mais activos inimigos de D. Carlos. Depois de ter sido deputado, conselheiro e par do Reino, foi ministro da Justiça em dois governos da monarquia constitucional fundando a facção política denominada Dissidência Progressista, que dividiu o campo monárquico e que, a pouco e pouco, se foi aproximando do Partido Republicano.
- <sup>6</sup> Hintze Ribeiro (1849-1907) foi deputado e par do Reino e líder do Partido Regenerador, tendo sido por três vezes primeiro-ministro.
- <sup>7</sup> O *Vasco da Gama* foi o primeiro grande navio completamente metálico e melhor armado ao serviço da Armada, cabendo-lhe a missão específica de proteger Lisboa, tendo sido remodelado em finais do século XIX, e o *D. Carlos* o maior navio de combate da época. Quanto aos marinheiros da guarnição dos navios, cujo desembarque foi ansiosamente esperado em Lisboa no dia 4 de Outubro, dispunham de espingardas de repetição *Kropatschek* e revólveres *Adams* (ver TELO, «A terceira vaga de inovação em Portugal», pp. 382-389).
- <sup>8</sup> O tipo de governo autoritário e avesso ao diálogo imposto por João Franco veio acirrar ainda mais os ânimos contra a Monarquia, não só naturalmente entre os republicanos mas também entre as franjas de monárquicos progressistas. Deste clima foi também vítima a família de D. Carlos.
- <sup>9</sup> Entre estes chefes republicanos o mais influente foi sem dúvida o Dr. Afonso Costa (1871-1937), que viria a ser o ministro da Justiça do primeiro governo republicano, deputado pelo Partido Republicano às Cortes entre 1899 e 1910, embora de forma intermitente, e deputado no Parlamento entre 1911 e 1926, altura em que partiu para o exílio. Além de ter sido parlamentar republicano assumiu vários cargos governamentais, sendo primeiro-ministro em três ocasiões.
- <sup>10</sup> Ver MORAIS, *Os Últimos Dias da Monarquia*, p. 157.
- <sup>11</sup> *Ibidem*, p. 158.
- <sup>12</sup> António José de Almeida (1866-1929) foi um dos mais destacados dirigentes do Partido Republicano, tendo sido deputado às Cortes em 1906. Foi ministro do Interior do primeiro governo republicano e depois primeiro-ministro, sendo presidente da República entre 1919 e 1923 (o único que cumpriu os quatro anos de mandato). Fundou o Partido Evolucionista opondo-se a Afonso Costa.
- <sup>13</sup> O visconde de Ribeira Brava, de seu nome Francisco Correia de Herédia (1852-1918), antigo monárquico filiado no Partido Republicano, seria um dos que iria ao acampamento da Rotunda dar a notícia do suicídio do almirante Cândido dos Reis (1852-1910), o chefe militar da revolta, que se convencera que o movimento iria fracassar. Quanto ao líder civil republicano, o Dr. Miguel Bombarda (1851-1910), tinha sido assassinado, pela mesma ocasião, por um alienado.
- <sup>14</sup> Ver MORAIS, *Os Últimos Dias da Monarquia*, p. 158.
- <sup>15</sup> O pequeno vapor tinha o nome de *D. Luís*, e partira atrasado da margem sul porque o comboio que transportava o rei e seus familiares desde Vila Viçosa tinha sofrido um acidente ferroviário que nunca foi totalmente explicado.
- <sup>16</sup> O número de impactos de balas detectado na carruagem onde viajava a família real e nas paredes em redor demonstra que vários atiradores alvejaram o rei. No meio da confusão que se gerou acabaram por fugir, morrendo os principais carbonários do grupo: Alfredo Costa e Manuel Buíça.
- <sup>17</sup> O marquês de Soveral, figura cimeira da diplomacia portuguesa de finais do século XIX e princípios do século XX, encontrava-se então em Lisboa, tendo ido esperar a família real ao cais onde atracou o vapor vindo da margem sul (sobre esta importante personagem de finais da Monarquia veja-se o estudo de GUIMARÃES, *Marquês de Soveral*, 2009).
- <sup>18</sup> O almirante Ferreira do Amaral (1844-1923) foi governador de Angola e da Índia entre 1882 e 1886, par do Reino e presidente da Sociedade de Geografia, tendo sido nomeado primeiro-ministro por D. Manuel para dirigir um governo de «acalmção» na sequência do regicídio. Depois da implantação da República aderiu ao Partido Democrático de Afonso Costa.
- <sup>19</sup> Ver MORAIS, *Os Últimos Dias da Monarquia*, p. 212.
- <sup>20</sup> *Ibidem*, p. 145.
- <sup>21</sup> Para a evocação dos acontecimentos dos dias 3 e 4 de Outubro foi seguida a detalhada descrição de Carlos Ferrão que consta nos *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, pp. 17-37, e também a de FERREIRA, «Outubro de 1910, 5 de», pp. 500-504; veja-se ainda, sobre o armamento utilizado, TELO, «Os começos do século», p. 362: «Como se sabe, de início tudo corre mal na revolta republicana, baseada num plano que era tão irrealista como a do estado-maior monárquico. Das sete unidades do exército que se esperava trazer para a rua, só duas saem e, mesmo estas, parcialmente. Nenhum dos objectivos iniciais da revolta é alcançado e, pouco depois de esta estalar, os chefes republicanos estão em fuga e o seu comandante militar – o almirante Cândido dos Reis – suicida-se, considerando tudo perdido. O que normalmente não se compreende nos estudos sobre a revolução republicana é a importância que o novo armamento do Exército tem na reviravolta da situação e a forma como ele contribui para a queda da Monarquia. Machado Santos, na realidade, teve a imensa sorte de trazer para a rua meia dúzia de peças *Schneider* de tiro rápido e algumas metralhadoras *Maxim* e elas serão um contributo decisivo para inverter a situação.»
- <sup>22</sup> Veja-se o relatório do capitão de Artilharia José Afonso Pala, em *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, pp. 57-76.
- <sup>23</sup> Quanto aos oficiais experimentados nas guerras de África atente-se no seguinte: «O Exército alcança um ponto alto em termos da sua eficácia e modernização no final do reinado de D. Carlos, mas depois é a queda brusca. Com o regicídio e a subida ao trono de D. Manuel II muda a política militar. O novo rei começa por desfazer o núcleo de africanistas que D. Carlos tinha feito ascender e colocado nas unidades mais importantes à volta da capital. Os africanistas tornam-se incómodos para a política de conciliação de D. Manuel II. Alguns são afastados para as forças expedicionárias que continuam a ser enviadas para os quatro cantos do Império, outros são deslocados para as unidades da província onde a sua influência pouco se faz sentir e outros simplesmente se afastam de qualquer atitude política activa e empenhada. O novo rei não consegue manter a relação com o corpo de oficiais do seu pai e estes deixam de revelar o mesmo empenho na defesa das instituições monárquicas» (em TELO, «Os começos do século», p. 361).
- <sup>24</sup> *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, p. 109. O Regimento de Infantaria 5 era uma das unidades da guarnição de Lisboa que mais infiltrada estava por elementos republicanos. O relatório do tenente Ascensão Valdês, oficial desse regimento e também ele republicano e carbonário, noticia a existência dos seguintes elementos: dois capitães, quatro tenentes, dois alferes, dezoito sargentos e quatro cabos. Todos estes simpatizantes da República foram por sua vez aliciando os seus soldados para a causa republicana (pp. 97-98).
- <sup>25</sup> Para os duelos de artilharia entre as peças de Paiva Conceição e as da Rotunda veja-se o prefácio de Carlos Ferrão em *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, pp. 27-32.
- <sup>26</sup> O cruzador *D. Carlos*, com mais de 4000 toneladas e 110 metros de comprimento, estava armado com várias metralhadoras e tubos lança-torpedos, destacando-se os seus cinco canhões de calibre 152 mm e oito de calibre 120 mm, dispondo ainda de telegrafia sem fios (ver TELO, «A terceira vaga de inovação em Portugal», pp. 389-390). Carlos da Maia, depois de ter tomado o quartel de Marinheiros em Alântara na noite de 4 de Outubro, assaltou o navio, colocando-o ao serviço da República. O cruzador recebeu depois o nome de *Almirante Reis*.
- <sup>27</sup> Sobre as características dos cruzadores ligeiros *Adamastor* e *S. Rafael* ver TELO, «A terceira vaga de inovação em Portugal», pp. 389-390.

- <sup>28</sup> Em FERREIRA, «Outubro de 1910, 5 de», p. 502.
- <sup>29</sup> Em Mafra estava instalada a Escola Prática de Infantaria, onde D. Manuel II se refugiou, numa altura em que «soldados e oficiais o receberam convencidos de que a luta evoluiu num sentido favorável aos monárquicos» (ver prefácio de Carlos Ferrão em *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, p. 25).
- <sup>30</sup> Em FERREIRA, «Outubro de 1910, 5 de», p. 502.
- <sup>31</sup> Em «Depoimento – O sentido histórico da I República portuguesa», p. 45.
- <sup>32</sup> Veja-se como exemplo o relatório do tenente Ferreira Dinis, em serviço nas Portas de Algés, que na altura era uma das entradas em Lisboa (*Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, pp. 163-171).
- <sup>33</sup> Em FERREIRA, «Outubro de 1910, 5 de», p. 502.
- <sup>34</sup> Ver CONFARRIA, «Serviço telefónico: das tarifas planas aos preços por chamadas (1882-1924)», pp. 60-65.
- <sup>35</sup> O marquês de Soveral, então embaixador de Portugal em Londres, amigo íntimo de D. Carlos e de D. Manuel II, estava em Lisboa na altura em que o rei e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe foram mortos no Terreiro do Paço. Ele tinha ido esperar a comitiva real ao cais, depois «tomou depois lugar na segunda carruagem com os condes de Figueiró. Face ao atentado e à confusão que se seguiu, entrou com os seus acompanhantes no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Deixando as senhoras na sala, dirigiu-se ao gabinete do ministro e sentou-se junto do telefone, contactando em seguida o Palácio das Necessidades e depois o Arsenal. Pouco depois, com os olhos rasos de lágrimas, anunciou aos circundantes: mataram El-Rei» (em GUIMARÃES, *Marquês de Soveral*, p. 74).
- <sup>36</sup> Ver o relatório do tenente Ferreira Dinis em *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, pp. 168-170).
- <sup>37</sup> Ver ANCIÃES, «Telegrafia eléctrica», pp. 80-96. Mapa da rede telegráfica nacional, de 1903, na capa e interior da contracapa no n.º 2 da revista *Código*.
- <sup>38</sup> *Ibidem*, p. 82.
- <sup>39</sup> Ver MORAIS, *Os Últimos Dias da Monarquia*, p. 153.
- <sup>40</sup> Ver o relatório do tenente Ferreira Dinis em *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, p. 168.
- <sup>41</sup> Ver BARATA, *O Elogio do Selo, 1853-2003. 150 anos do selo postal português*, p. 48.
- <sup>42</sup> Ver CATROGA, «O republicanismo como projecto», pp. 33-39.
- <sup>43</sup> *Ibidem*, p. 33: «Seja como for, é também verdade que algumas reformas positivas foram efectuadas e que muitas ideias (e ideais) do republicanismo serão sementes de reivindicações futuras, que só décadas mais tarde encontrarão um apoio mais alargado e consensual».
- <sup>44</sup> Ver LEAL, «O campo político dos partidos republicanos (1910-1915)», pp. 107-125.
- <sup>45</sup> Veja-se, como exemplo da acção reivindicativa rural, VENTURA, *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo (1910-1014)*, 1976.
- <sup>46</sup> Ver NUNES, *Carlos Malheiro Dias. Um monárquico entre dois regimes*, p. 450.
- <sup>47</sup> Em «Depoimento – O sentido histórico da I República portuguesa», p. 47.

- CHAGAS, João, *Cartas Políticas*, Lisboa: Bayard, 1908
- CONFARRIA, João, «Serviço telefónico: das tarifas planas aos preços por chamadas (1882-1924)», em *Código*, 1. série II, Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2007, pp. 58-73
- CRISTO, Francisco Homem, *Monárquicos e Republicanos*, Porto: Livraria Escolar Progressor, 1928
- FERREIRA, David, «Outubro de 1910, 5 de», em Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, IV, Porto: Livraria Figueirinhas, s. d., pp. 500-504
- FERREIRA, David, *História Política da I República Portuguesa*, Lisboa: Horizonte, 1973
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves, *Marquês de Soveral, Homem do Douro e do Mundo*, Vila Nova de Gaia: Edições Galvão, 2008
- LEAL, Ernesto Castro, «O campo político dos partidos republicanos (1910-1915)», em Sérgio Campos Matos (coord.), *O Tempo de Manuel de Arriaga*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa e Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2004, pp. 107-125
- MARTINS, Rocha, *O Governo Provisório da República Portuguesa. Críticas e Memórias Políticas (1910-1911)*, Lisboa: Editorial Inquérito, 1945
- MATOS, Sérgio Campos (coord.), *O Tempo de Manuel de Arriaga*, Actas do Colóquio organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa e pela Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 24 a 26 de Setembro de 2003, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa e Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2004
- MORAIS, Jorge, *Os Últimos Dias da Monarquia. 1908-1910: Da esperança de tréguas à instauração da República*, Sintra: Zéfiro, 2009
- NUNES, Teresa, *Carlos Malheiro Dias. Um monárquico entre dois regimes*, Lisboa: Caleidoscópio, 2009
- RAMOS, Rui, «Depoimento – O sentido histórico da I República portuguesa», em António Reis (coord.), *A República Ontem e Hoje*, Lisboa: Edições Colibri, 2002, pp. 45-53
- REGO, Raul, *História da República Portuguesa*, vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, 1986-1987
- REIS, António (coord.), *A República Ontem e Hoje*, III Curso Livre de História Contemporânea, 20 a 25 de Novembro de 2000, organizado pela Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: Edições Colibri, 2002
- Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, prefácio e notas introdutórias de Carlos Ferrão, Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1978
- SANTOS, António Machado, *A Revolução Portuguesa (1907-1910)*, 2.ª edição, Lisboa: Assírio & Alvim, 1982
- TELO, António José, «A terceira vaga de inovação em Portugal», em Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 3, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 377-409
- TELO, António José, «Os começos do século», em Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 4, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 350-385
- TENGARRINHA, José Manuel, «Do Cabralismo à I República: a sociedade portuguesa em tempo de mudança», em Sérgio Campos Matos (coord.), *O Tempo de Manuel de Arriaga*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa e Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2004, pp. 127-136
- VENTURA, António, *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo (1910-1014)*, Lisboa: Seara Nova, 1976
- VENTURA, António, *Entre a República e a Acrácia. O pensamento e a acção de Emílio Costa (1897-1914)*, Lisboa: Edições Colibri, 1994
- VENTURA, António, «Manuel de Arriaga na propaganda republicana. A revitalização do Partido Republicano após o 31 de Janeiro de 1891», em Sérgio Campos Matos (coord.), *O Tempo de Manuel de Arriaga*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa e Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2004, pp. 329-342

- ANCIÃES, Alfredo, «Telegrafia eléctrica», em *Código*, 2. série II, Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005, pp. 80-96
- BAPTISTA, Jacinto, *O Cinco de Outubro*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1983
- BARATA, J. P. Martins, *O Elogio do Selo, 1853-2003. 150 anos do selo postal português*, Lisboa: CTT Correios de Portugal, 2003
- CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra, 1991
- CATROGA, Fernando, «O republicanismo como projecto», em António Reis (coord.), *A República Ontem e Hoje*, Lisboa: Edições Colibri, 2002, pp. 33-39